Centro de convívio para Idosos

Em S. Nicolau começou a funcionar um Centro de convívio para Idosos, onde são levadas a cabo sessões de ginástica, jogos e costura servindo-se igualmente um lanche. Vem-se estudando a possibilidade de se servir uma refeição quente.

Do nível central da DGAS o referido centro recebeu uma ajuda substancial de fardos de roupa e revistas diversas.

Núcleo de Crianças em Idade Pré-Escolar

Nove dos quinze núcleos que funcionavam sem mobiliário foram equipados durante o ano, devendo os restantes beneficiar de um financiamento assegurado para 1990 (cadeiras, mesas e armários).

Dificuldade maior reside na aquisição de material didáctico, dado o seu custo e especialidade. O Totoloto vem, entretanto, dando contribuições que melhorarão a situação neste particular.

Esforços têm sido desenvolvidos no sentido de instalações próprias, em lugar de aluguer de quartos, salas ou casas, nalguns casos com resultados positivos.

Protecção à menoridade

O Instituto caboverdiano de Menores prosseguiu as suas actividades nos seguintes campos:

- Implantação das comissões de Protecção de Menores em S. Vicente e Sal tendo sido adiadas as relativas aos concelhos de Santa Catarina, Santa Cruz e Tarrafal, por falta de condições logísticas para a sua instalação.

Falta, contudo, a respectiva legalização desses órgãos.

- Início em Abril de funcionamento de 4 Centros Comunitários de Protecção Social e Ocupação de Tempos Livres em Achada de Santo António, Achadinha, Calabaceira e Paiol enquadrados nas actividades da Comissão de Protecção de Menores da Praia e desenvolvendo acções informais de jardim de infância, salas de estudo, actividades livres, clube/escola de pais e dinamização de organizações voluntárias para a protecção de menores.

Os Centros atendem regularmente 426 crianças jovens dos 4 aos 17 anos e um número variável de mães rondando 2 por mês e encontram-se implantadas nas comunidades com agregados familiares com problemas de ordem económica, habitacional, de higiene, construção e familiar.

- Funcionamento do Centro Juvenil dos Picos avaliado como satisfatório, não obstante a permanência do problema relativo à reinserção social dos jovens internados, dadas as alternativas limitadas aos jovens com problemas, dada a ausência de possibilidade de emprego ou de aprendizagem e dada a capacidade das famílias em recolher os jovens e de assumir a acção educativa iniciada pelo Centro.
- Desenvolvimento da cooperação interna e internacional.

Abertura da Conta da Solidariedade que vem sendo alimentada pela participação nos lucros de Totoloto da Cruz Vermelha e por outros donativos internos.

Das actividades programadas e não realizadas destaca-se, designadamente a transferência do Centro Juvenil dos Picos para uma zona suburbana da Praia, para o qual já há uma solução junto à Variante, a definição de uma Política Social para a menoridade, regulamentação das instituições que se ocupem de menores e a divulgação de estudos sobre a problemática da menoridade.

3.4. Trabalho e emprego

Destaca-se a realização das seguintes acções a nível da Direcção-Geral do Trabalho e Emprego.

Aperfeiçoamento do relacionamento com a OIT. Houve uma missão de uma especialista portuguesa para assessoria e apoio à elaboração dos relatórios a-submeter à OIT.

Deslocação a Génève de uma delegação chefiada pelo Ministro para participar na 76ª Conferência Internacional do Trabalho.

Deslocação a S. Tomé e Príncipe para participar na Reunião dos PALOP e OIT.

Vinda a Cabo Verde de um Inspector de Trabalho Português no âmbito da reestruturação da Inspeção do Trabalho, sob os auspícios da OIT.

Sistema de Informação Estatística, vinda de um técnico de Estatística numa missão de um mês e fornecimento de algum equipamento informático, por parte da cooperação portuguesa.

Uma missão de 2 elementos do SEFP, durante 2 meses e a constituição de um grupo de analista de funções, que já haviam feito a sua formação no IFAP e que terão de apresentar até 31 de Março um levantamento de 250 postos de trabalho.

Programa de ocupação temporária de jovens com início em Junho de 1989 com a duração de 1 ano.

Manutenção das acções inspectivas com deslocação a praticamente todas as empresas do país e deslocação às ilhas pelas brigadas, donde foram levantados centenas de autos por infracções.

Revisão e alteração do D.L. 62/87 sobre o Regime Jurídico geral das Relações de Trabalho e a sua regulamentação.

Deu-se início à adaptação das instalações do Centro de emprego em S. Vicente que será inaugurado em 1990.

Conclusões

Sigificativos são os resultados alcançados a nível de todos os sectores que constituem o MSTAS como se pode constatar do balanço apresentado.

Nota-se de uma maneira geral a predominância de acções ou objectivos com vista à consolidação dos sistemas, ao aperfeiçoamento da gestão e organização, à capacitação dos técnicos, bem como da melhoria da capacidade de resposta dos serviços.

Constata-se, por outro lado, a forte interligação dos sectores com outros externos ao MSTAS, o que pressupõe uma actuação concertada e sincronizada de modo a que medidas a tomar nuns e noutros sectores surtam os efeitos desejados.

Constrangimentos e perspectivas

Em termos de constrangimentos alguns são de destacar com a carência de recursos humanos em áreas de gestão e administração dos processos e mecanismo administrativos, e fraca gestão dos serviços que é comum a todos os sectores e outros específicos a cada um deles.

I Área da Saúde e Farmácia

A nível da área da Saúde e Farmácia ressaltam-se os seguintes constrangimentos:

- Reduzidos recursos financeiros
- insuficiente comparticipação dos utentes nos custos dos serviços
- Fraca padronização dos consumos dos medicamentos e outros materiais médico-hospitalares.

Aliando-se as perspectivas aos constrangimentos, nessa área deverão ser implementadas as seguintes acções:

- . A Regulamentação do Financiamento dos Cuidados de Saúde.
- . A responsabilização dos utentes e a sua comparticipação nos custos dos cuidados de saúde.
- . A melhoria da gestão financeira nos Serviços de Saúde.
- . A racionalização do consumo medicamentoso.

II) Área dos Assuntos Sociais e da Protecção à Menoridade

A carência de técnicos sociais e a existência de sobreposição de acções sem uma devida concertação e da limitação de recursos financeiros constituem os principais constrangimentos.

Em termos de perspectivas, propõe-se a coordenação e racionalização da acção social e recomenda-se que a Direcção-Geral dos Assuntos Sociais se liberte mais das funções executivas, em proveito de um crescente desempenho como entidade normalizadora, coordenadora, orientadora e supervisora da execução da política social. Isto, não só evitar as duplicações, mas também para tirar melhor proveito das capacidades criadas.

Considera-se que DGAS deve transformar-se num organismo de promoção social, em desproveito do seu actual carácter assistencial, com uma intervenção globalizante e coordenadora das acções de promoção social a nível do país.

A promoção da formação de Assistentes Sociais através da concessão de bolsas de estudo e a revisão do seu enquadramento na função pública, bem como a uniformização do perfil do técnico social de base e a promoção da sua formação e ainda a diversificação dos perfis sociais e a sua especialização devem constituir objectivos para o futuro próximo.

II) Área de Trabalho, Emprego e Formação Profissional

Os contrangimentos se situam em:

- Carência de recursos humanos
- Sobreposição de vários intervenientes a nível da Formação Profissional
- Fraca estruturação do Sector do Emprego

Nessa mesma linha as perspectivas para essa área são as seguintes:

- . Reforço do quadro do trabalho através da formação em curso dos sub-inspectores e a definição do estatuto de Inspecção do Trabalho.
- . Realização de um balanço das actividades do IFAP, como subsídio à definição de uma Política Nacional de Formação Profissional.
- . Integração da vertente Emprego no IFAP.
- . Realização de um estudo-diagnóstico do Mercado do Emprego, com início em 1990.
- . Definição da Classificação Nacional das Profissões, cujo estudo também inicia em 1990.
- . Definição de uma Política de Emprego.

Desenha-se com todas essas perspectivas, os objectivos que a nosso ver irão permitir a consolidação dos diversos sectores do MSTAS, facultando também alguns ajustamentos com vista ao aperfeiçoamento da intervenção deste Ministério.

3.5. Abastecimento de água

Praia

Reforçou-se o abastecimento de água à cidade da Praia com mais 850 m³/dia através da realização de furos e equipamento dos mesmos (550 m³/dia) e da conclusão em Agosto da barragem subterrânea de Águas Verdes (550 m³/dia, sendo 300 m³ dia destinado à capital). A galeria de Bota Rama (800 metros de cumprimento) cuja conclusão está prevista para meados de 1990, atingiu 600 metros no fim do ano transacto.

Mindelo

Concluiu-se o estudo sobre o abastecimento de água no quadro do acordo assinado com o Banco Africano de Desenvolvimento. O estudo compreende:

- estudo de viabilidade para extensão das instalações de produção de água potável no horizonte 2010, incluindo o dossier técnico para a solução re-tida;
- estudo de execução e reactualização dos estudos de pré-investimento, tanto para a dessanilização como para o saneamento.

Sal

Ver 2.1.3 Energia para os Centros Urbanos (pág. 44).

Santo Antão

Concluiu-se mais 5 sistemas de abastecimento de água em Santo Antão, beneficiando um total de 1600 pessoas.

Maio

Remodelou-se e ampliou-se a rede de distribuição de água à Vila do Maio, o que possibilita o abastecimento de água em condições satisfatórias a mais de 45 fogos.

Boavista

Concluiu-se a rede de Fundo das Figueiras.

3.6. Saneamento Básico e Meio Ambiente

Nesta área foram desenvolvidas as seguintes acções:

3.6.1. Plano Sanitário da Praia

Organização e conclusão do contencioso com o Ilídio Monteiro, Construções, no Tribunal da Câmara de Comércio Internacional de Paris. Este processo, desde o início, coordenado juridicamente pela Procuradoria Geral da República, foi encerrado com desfecho favorável a Cabo Verde;

Execução por Administração directa da 1ª fase — B. Dispondo de uma célula técnica operacional, concluiu-se a parte da rede de água. A parte de esgotos sofreu atrasos por se ter verificado a necessidade de importar equipamentos mais adequados à natureza do terreno encontrado na Achada de Santo António. A morosidade do processo de importação e as dificuldades burocráticas da nossa Administração retardaram esta componente em cerca de quatro meses;